



## Neon Financeira – Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ nº 11.285.104/0001-06

neon.com.br

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO:** Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Neon Financeira – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Neon”, “Neon Financeira” ou “Companhia”) relativas ao semestre e exercício findos em 31/12/2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância das normas e instruções emanadas pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do Banco Central do Brasil (“BCEN”), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BCEN. No exercício findo em 31/12/2025, a Neon Financeira totalizou um prejuízo de R\$ 107 milhões, 2% superior ao prejuízo de R\$ 104 milhões do exercício anterior, impactado principalmente pelo aumento na provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. O Grupo Neon continua a crescer de forma acelerada, operando com margem operacional positiva. Ao longo do exercício de 2025 as carteiras de cartão de crédito, crédito consignado privado e crédito pessoal variaram 30%, 48% e 41% em relação ao encerramento do exercício anterior, atingindo um total de R\$ 6.065 milhões, R\$ 962 milhões e R\$ 820 milhões, respectivamente, e encerramos o exercício com 1.000 colaboradores. Além disso, nos últimos meses, a Companhia vem atingindo os primeiros resultados positivos não recorrentes. Reforçamos nosso compromisso com a continuidade dos nossos negócios, buscando sempre adaptação às melhores práticas de Gestão. Agradecemos aos clientes, parceiros, colaboradores e investidores pela confiança e contribuições ao nosso crescimento.

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS		31/12/2025
<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2025</b>
Caixa e equivalentes de caixa		253.176
Disponibilidades em moeda nacional	4	253.176
<b>Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado</b>		<b>174.075</b>
Títulos e valores mobiliários	5.b	174.075
<b>Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>		<b>929.314</b>
Títulos e valores mobiliários	5.c	929.314
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>		<b>11</b>
<b>Ativos financeiros ao custo amortizado</b>		<b>4.519.974</b>
Operações de crédito	6	5.621.885
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(1.782.761)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.a	680.850
<b>Outros créditos</b>		<b>225.969</b>
<b>Créditos tributários</b>		<b>168.736</b>
<b>Imobilizado</b>		<b>155</b>
Imobilizado de uso	8	905
(-) Depreciação acumulada	8	(750)
<b>Intangível</b>		<b>98.646</b>
Ativos intangíveis	9	126.500
(-) Amortização acumulada	9	(27.854)
<b>Total do ativo</b>		<b>6.370.056</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2025</b>
<b>Passivos financeiros ao custo amortizado</b>		<b>5.327.196</b>
Depósitos a prazo	11	5.327.196
<b>Outros passivos</b>		<b>184.113</b>
Outras obrigações – diversas	12	156.805
Obrigações fiscais e previdenciárias	12	22.335
Obrigações sociais e estatutárias	12	4.910
Impostos e contribuições diferidos	20	63
<b>Total do passivo</b>		<b>5.511.309</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		
Capital social	14	794.002
Reserva de capital	14	329
Reservas de lucros	14	64.090
Outros resultados abrangentes	14	326
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>858.747</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>6.370.056</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**1. Contexto operacional:** Em 07/08/2009, por meio de Assembleia Geral, foi constituída a Neon Financeira – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Neon”, “Neon Financeira” ou “Companhia”) com capital inicial de R\$ 5.200, homologada pelo Banco Central do Brasil em 24/09/2009 e publicado no Diário Oficial em 30/09/2009. A Companhia iniciou suas atividades operacionais em janeiro de 2010. A Neon Financeira – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Neon”, “Neon Financeira” ou “Companhia”), controlada pelo Neon Holding Conglomerado Ltda, que por sua vez é controlada direta pela Neon Payments Limited (“Neon Payments”) com sede no Reino Unido, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída e existente segundo as leis brasileiras, e sua sede está localizada na Av. Francisco Matarazzo, 1.350, Água Branca, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. A Neon Financeira tem por natureza do negócio ofertar operações de crédito e financiamento, mediante aplicação de recursos próprios e de terceiros captados através de depósitos a prazo e letras de câmbio. No ano atual, suas atividades operacionais concentraram-se na oferta dos produtos: emissão de certificado de depósito bancário, de crédito consignado em folha, capital de giro e crédito.

**2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais da Neon Financeira foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com base na Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), com as alterações determinadas pelas Leis 11.638/07 e Lei 11.941/09, em consonância as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e BCEN, consistindo nas demonstrações financeiras das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“CSIF”), e os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), quando aplicáveis, aqui denominados em conjunto como “BACEN GAAP”. A Companhia adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 de não apresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021 foram registrados em contrapartida à conta de lucros/prejuízos acumulados, líquidos dos efeitos tributários. A reconciliação do patrimônio líquido da Companhia demonstrando os efeitos da transição da norma em 01/01/2025, está apresentada na Demonstração das mutações do patrimônio líquido. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Neon Financeira evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela diretoria da Companhia em 12/03/2026. **3. Sumário das políticas contábeis materiais:** As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional da Neon Financeira. As práticas contábeis materiais adotadas pela Companhia são as seguintes: **a. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais são reconhecidos na Demonstração do Resultado. **b. Apuração do resultado:** Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado no período em que elas ocorrem, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20. Conforme solicitado pelo CPC 47 a Companhia está em conformidade com as etapas de reconhecimento de receita com clientes que são: (i) identificação do contrato com o cliente, (ii) identificação das obrigações de desempenho, (iii) determinação do preço da transação, (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho e (v) reconhecimento da receita. Em relação aos produtos da Companhia, para cartões de operação é considerada satisfeita no momento da autorização/liquidação da transação, já sobre os produtos de empréstimo pessoal e consignado ocorrem conforme o prazo decorrido da operação (*pro rata die*). **c. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição e que não haja restrição quanto a disponibilidade do recurso. **d. Instrumentos financeiros:** Classificação dos instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados nas seguintes categorias: **i.** Custo amortizado (“CA”): o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros; **ii.** Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”): o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. Para operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito essa categoria não pode ser aplicável; **iii.** Valor justo por meio do resultado (“VJR”): o ativo financeiro é gerido para transacionar de forma ativa e frequente o ativo financeiro (compra e venda no curto prazo). Além disso, são classificados nessa categoria ativos financeiros mantidos em outros modelos de negócio, mas que os fluxos de caixa contratuais são compostos por outros elementos que não principal e juros, por falhar no teste de Somente Pagamento de Principal e Juros. A classificação na categoria de CA e/ou VJORA depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Capital Social		Reservas de Lucros		Outros resultados abrangentes		Lucro / (Prejuízo) líquido		Patrimônio líquido	
Nota	Subscrito	Reserva	Legal	Estatutária	JSCP	abrangentes	acumulados	Prejuízo	líquido	31/12/2025	31/12/2024
	726.229	2	-	-	264	119	(51.130)	-	675.484	675.484	675.484
<b>Saldos em 31/12/2024</b>											
Aumento de capital	14	67.773	-	-	-	-	-	-	67.773	67.773	67.773
Adoção inicial – Resolução CMN nº 4.966/21 – Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adoção inicial – Resolução CMN nº 4.966/21 – Aspectos fiscais		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento baseado em ações	24	-	327	-	-	-	-	-	299.083	299.083	299.083
Ajuste de ativos financeiros ao valor justo contra outros resultados abrangentes	14	-	-	-	-	-	-	-	(81.971)	(81.971)	(81.971)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	327
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	207	207	207
Destinações do lucro acumulado		-	-	-	-	-	-	-	4.558	4.558	4.558
Reserva legal		-	3.191	-	-	-	-	-	(106.714)	(106.714)	(106.714)
Reserva estatutária		-	-	60.635	-	-	-	-	(3.191)	(3.191)	(3.191)
<b>Saldos em 31/12/2025</b>		<b>794.002</b>	<b>329</b>	<b>3.191</b>	<b>60.635</b>	<b>264</b>	<b>326</b>	<b>-</b>	<b>858.747</b>	<b>858.747</b>	<b>858.747</b>
<b>Saldos em 30/06/2025</b>		<b>726.229</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>264</b>	<b>287</b>	<b>156.326</b>	<b>-</b>	<b>883.112</b>	<b>883.112</b>	<b>883.112</b>
Aumento de capital	14	67.773	-	-	-	-	-	-	-	-	67.773
Pagamento baseado em ações	24	-	323	-	-	-	-	-	-	-	323
Ajuste de ativos financeiros ao valor justo contra outros resultados abrangentes	14	-	-	-	-	-	-	-	39	39	39
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	-	-	-	4.558	4.558	4.558
Destinações do lucro acumulado		-	-	-	-	-	-	-	(97.058)	(97.058)	(97.058)
Reserva legal		-	3.191	-	-	-	-	-	(3.191)	(3.191)	(3.191)
Reserva estatutária		-	-	60.635	-	-	-	-	(60.635)	(60.635)	(60.635)
<b>Saldos em 31/12/2025</b>		<b>794.002</b>	<b>329</b>	<b>3.191</b>	<b>60.635</b>	<b>264</b>	<b>326</b>	<b>-</b>	<b>858.747</b>	<b>858.747</b>	<b>858.747</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		31/12/2025	
Nota	2º Semestre	Exercício	Exercício
<b>Receitas de intermediação financeira</b>		<b>1.448.277</b>	<b>2.817.754</b>
Rendas de operações de crédito	15	1.259.221	2.437.724
Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez		49.904	97.080
Resultado de títulos e valores mobiliários		95.230	239.028
Receitas com venda ou transferência de ativos financeiros		43.922	43.922
<b>Despesas de intermediação financeira</b>		<b>(568.292)</b>	<b>(1.025.904)</b>
Despesas de captação	16	(430.211)	(779.040)
Despesas com descontos concedidos		(138.128)	(246.575)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	10	47	(289)
<b>Resultado de intermediação financeira antes da provisão para perdas</b>		<b>879.985</b>	<b>1.791.850</b>
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(725.032)	(1.397.503)
<b>Resultado de intermediação financeira</b>		<b>154.953</b>	<b>394.347</b>
<b>Outras receitas/(despesas) operacionais</b>		<b>(358.893)</b>	<b>(613.878)</b>
Rendas de prestação de serviços	17	20.125	31.890
Despesas administrativas	17	(303.459)	(508.506)
Despesas tributárias	18	(41.605)	(74.733)
Despesas com pessoal	19	(36.608)	(66.008)
Outros resultados operacionais, líquidos		2.654	3.479
<b>Resultado operacional antes da tributação sobre o lucro</b>		<b>(203.940)</b>	<b>(219.531)</b>
IRPJ e CSLL corrente	20	40.143	(11.903)
IRPJ e CSLL diferido	20	66.739	124.720
<b>(Prejuízo) do semestre/exercício</b>		<b>(97.058)</b>	<b>(106.714)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES		31/12/2025	
2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
(Prejuízo) do semestre/exercício	(97.058)	(106.714)	(106.714)
Ajuste de ativos financeiros ao valor justo contra outros resultados abrangentes	258	72	72
IRPJ diferido	(187)	(160)	(160)
Hedge de swap	(32)	295	295
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>(97.019)</b>	<b>(106.507)</b>	<b>(106.507)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		31/12/2025	
Método	2º semestre	Exercício	Exercício
<b>Método Indireto</b>			
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Prejuízo do semestre/exercício		(97.058)	(106.714)
<b>Ajustes ao resultado líquido:</b>			
Baixa do ativo intangível	9	(15.952)	(15.952)
IRPJ e CSLL diferidos	20	(66.739)	(124.720)
Depreciação e amortização	8/9	6.994	17.396
Receitas financeiras, líquidas		1.404.355	(2.773.496)
Provisão para contingências	13	(355)	517
Plano de incentivo a longo prazo		3.017	5.354
Provisão para participação nos resultados		9.417	13.033
Resultado de variação cambial		20	20
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(778.979)	(1.282.753)
Despesa de juros provisionados e não pagos com empréstimos		426.993	772.917
		(1.917.077)	(3.494.398)
<b>Variação nos ativos e passivos</b>			
Aplicações interfinanceiras de liquidez		251.244	498.750
Títulos e valores mobiliários		916.293	77.359
Operações de crédito		913.694	2.755.555
Outros créditos		240.326	8.907
IRPJ e CSLL pagos		(83.648)	83.940
Outras obrigações		(145.577)	77.314
Juros pagos	11	(360.026)	(659.580)
<b>Caixa aplicado nas atividades operacionais</b>		<b>(17.409)</b>	<b>(652.153)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Baixa de intangível	9	15.952	15.952
Aquisição de intangível	9	(20.535)	(37.607)
<b>Caixa aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(4.583)</b>	<b>(21.655)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Captação de empréstimos	11	4.541.480	9.031.980
Pagamento de empréstimos	11	(4.588.287)	(8.405.900)
Aumento de capital	14	67.773	67.773
<b>Caixa gerado pelas atividades de financiamento</b>		<b>20.966</b>	<b>693.853</b>
<b>Efeito líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(1.026)</b>	<b>20.045</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		254.202	233.131
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício		253.176	253.176
<b>Aumento/(Redução) no caixa e equiv. de caixa</b>		<b>(1.026)</b>	<b>20.045</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

no inciso IV do caput e créditos decorrentes de operações mercantis e outras operações com características de concessão de crédito não abrangidos pelas hipóteses previstas nos incisos I a IV do caput. Atualmente a Companhia possui operações nas carteiras “C2”, “C4” e “C5”. Abaixo estão descritos os principais conceitos utilizados pela Companhia para fins de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de crédito: **Ativos financeiros não problemáticos:** refere-se aos ativos não caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito. O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinando no anexo 2 da resolução. **Ativos financeiros inadimplidos:** trata-se dos ativos com atraso superior a noventa dias em relação ao pagamento de principal e juros. O nível de perdas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais de provisionamento determinando no anexo 1 da resolução, acrescidos dos percentuais adicionais determinados para operações inadimplidas. **Ativos financeiros problemáticos não inadimplidos:** refere-se aos ativos caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito, decorrentes de outros motivos que não seja por atraso superior a 90 dias (operações arrastadas, reestruturações ou outros aspectos qualitativos). O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinando no artigo 78 da resolução. **Ativos financeiros com problema de recuperação de crédito:** A Companhia considera como ativo com problema de recuperação de crédito, os ativos financeiros que apresentem os seguintes indicativos: **Atraso superior a 90 (noventa) dias** no pagamento de principal e encargos; ou **Indicação de que a contraparte não tem mais capacidade financeira de honrar a obrigação nas condições pactuadas**, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais, independentemente da quantidade de dias de atraso da operação; **Para os títulos e valores mobiliários**, quando houver dúvida razoável quanto ao recebimento pontual do principal e juros, independentemente do número de dias vencidos, incluindo critérios de: (a) mudanças nas políticas monetárias que afetam o TVM de forma a reduzir preço ou liquidez; ou (b) alterações na liquidez do ativo financeiro por piora na qualidade creditícia da contraparte; **Reestruturação:** É considerado como reestruturação, uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador. Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, todos os instrumentos financeiros da mesma contraparte, são arrastados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para a condição de ativo problemático, com exceção de operações que possuam uma fonte de pagamento mais segura, como o Crédito Consignado em folha de pagamento, cujo pagamento ocorre independente da ação do cliente. A partir do momento da caracterização, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento. Os ativos financeiros são baixados para prejuízo pela Companhia, a partir do momento em que a Instituição não tem mais expectativa de recuperação. A Companhia deixa de caracterizar a operação como ativo problemático somente no caso de melhora significativa na capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações nas condições pactuadas, também denominado como “cura”. Para fins de critérios de “cura”, a Companhia considera as seguintes premissas: **Ausência de parcelas vencidas**, incluindo encargos; **Após inexistência de parcelas vencidas**, pagamento tempestivo (em dia) de principal e encargos por um período suficiente para indicar melhora financeira significativa da contraparte. Atualmente, consideramos 3 meses de pagamento tempestivo para como indicativo de melhora financeira; **Evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originais ou modificadas**, sem necessidade de garantias adicionais; e **Inexistência de outros critérios** que indiquem um risco de não cumprimento da obrigação, enquadrando a operação como ativo problemático. Vale salientar, que a aplicação da regra de “cura” leva em consideração todas as operações do cliente e não somente a operação que eventualmente levou o cliente a ser considerado como Ativo Problemático, ou seja, caso o cliente possua outra operação em atraso, ele não estará elegível a “cura” mesmo quitando o débito da operação originadora do Ativo Problemático. **Parceria com a Neon Pagamentos:** Nas transações de cartão de crédito, os valores utilizados pelos clientes compõem um conta a receber da Neon Pagamentos, enquanto emissora dos cartões. Na data de vencimento da fatura, os montantes não recebidos dos portadores de cartões são liquidados pela Companhia, que se torna a detentora da carteira de recebíveis financiados. Para a parcela de crédito financiado pela Neon Financeira, a Neon Pagamentos atua como correspondente e agente de cobrança junto ao cliente (portador do cartão). **e. Instrumentos Financeiros Derivativos e Contabilidade de Hedge:** A Companhia realiza operações com instrumentos financeiros derivativos exclusivamente para fins de hedge de fluxo de caixa, visando proteger a exposição à variação das taxas de juros pós-fixadas (CDD) incidentes sobre captações em CDB. As operações são conduzidas em conformidade com a Política de Hedge Accounting, formalmente documentadas no Termo de Designação, contendo: objetivo de gestão do risco, estratégia de proteção, tipo de contabilização de hedge, natureza do risco protegido, instrumentos utilizados, metodologia de avaliação de efetividade e fontes de inefetividade. A parcela efetiva das variações de valor justo é reconhecida em Outros Resultados Abrangentes – Reserva de Hedge, sendo reconhecida para o resultado quando o fluxo de caixa do

continuação

### Neon Financeira – Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

ativos intangíveis identificados, e/ou adicionaram novas funcionalidades, e/ou estendem o uso / aplicações de ativos identificados já existentes. Tais custos são controlados por projeto / ativos identificados, amortizados no prazo de vida útil residual estimada. Anualmente, é feita uma avaliação se há indicação de redução do valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil definida referem-se basicamente a softwares, bem como licenças e direitos de uso, amortizados linearmente a partir da data da sua disponibilização para uso, considerando a vida útil atribuída. As marcas registradas são ativos intangíveis, podendo ser classificadas com vida útil indefinida ou definida, dependendo da avaliação individual do ativo. **Redução do valor recuperável de ativos não financeiros – Impairment:** Os ativos não financeiros são avaliados para verificar se há evidência de que possa ocorrer uma perda no seu valor contábil. As indicações de desvalorização consideram fontes externas ou internas de informação, durante o período ou por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis. Fontes externas incluem, não exaustivamente, o seguinte: • Redução do valor de mercado do ativo significativamente maior do que a esperada em decorrência da passagem do tempo ou da utilização do ativo; • Ocorrência, ou ocorrência em futuro próximo, mudanças significativas no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado; • As taxas de juros de mercado, ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentarem, e esses acréscimos provavelmente afetarem a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor de um ativo em um diminuído significativamente o seu valor recuperável; • O valor contábil do patrimônio líquido da entidade se tornou maior do que o valor de suas ações no mercado. Fontes internas incluem, não exaustivamente, o seguinte: • Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico; • Ocorrência, ou ocorrência em futuro próximo, mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade, na medida em que o ativo é ou será utilizado. Essas mudanças, entre outras, incluem: o ativo que se torna inativo, o ativo que a administração planeja descontinuar, reestruturar ou baixar antecipadamente; ou, ainda, o ativo que passa a ter vida útil definida ao invés de indefinida; • Levantamentos ou relatórios internos que evidenciem, por exemplo, a existência de dispêndios extraordinários de construção, capitalização excessiva de encargos financeiros, entre outros, e indiquem que o desempenho econômico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado; • Redução do retorno esperado em determinado ativo / unidade geradora de caixa; • Não cumprimento de metas, orçamentos e indicadores de desempenho internos (KPIs – Key Performance Indicator); • Alterações negativas em premissas utilizadas para avaliação de ativos, tais como: fluxos de caixa e volumes projetados, taxas de desconto, entre outras. Anualmente a Neon avalia se há indicativos de desvalorização de um ativo. Se houver evidências de perda no valor recuperável, são realizados testes de impairment pelo método de fluxo de caixa descontado ou outro método que seja adequado para mensuração do valor recuperável do ativo. Independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução do valor recuperável, são testados anualmente ativos com vida útil indefinida ou ágio por expectativa de rentabilidade futura. Uma perda por redução do valor recuperável (impairment) de um ativo não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. Caso o valor recuperável do ativo avaliado for menor que o valor contábil, a diferença existente entre esses valores é ajustada pela constituição de provisão para perdas, redutora dos ativos, em contrapartida ao resultado do período. **K. Ativos e passivos contingentes:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação corrente (legal ou constituída) que é provável que um desembolso será requerido para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável possa ser feita do montante da obrigação, cuja contrapartida é registrada no resultado do período. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/09, descritos abaixo: Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras e somente são divulgados quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Os ativos passam a ser registrados quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem recursos. Passivos contingentes – são contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas nas opiniões de assessores jurídicos e da Administração e são classificadas como: • Provisões: para as quais são constituídos passivos reconhecidos no balanço patrimonial em outras obrigações diversas. Um processo será classificado como de risco provável quando a causa raiz do litígio apresentar um histórico de perdas superior a 50% e o valor da provisão será calculado com base na média histórica de pagamentos, excluindo valores fora do padrão; • Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações contábeis, não sendo provável registrada. Um processo será classificado como de risco possível quando a causa raiz esteja associada a um histórico de perdas inferior a 50% e o valor da provisão será determinado com base no valor da causa. • Remotas: as quais não requerem provisão e nem divulgação. **L. IRPJ e CSLL:** As provisões para IRPJ e CSLL são constituídas com base no lucro/prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. Foi constituída obrigação fiscal para pagamento do IRPJ à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$ 240 anual. A CSLL foi calculada sobre o lucro ajustado antes do IRPJ, na forma da legislação, à alíquota de 15%. O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre o valor das diferenças temporárias, do prejuízo fiscal e da base negativa acumulada. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da CSLL sobre lucro líquido (CSLL) do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados por meio de estudos técnicos realizados pela Administração. A Lei Complementar 224/25 alterou a alíquota de CSLL aplicável às SCFIs, de 15% para 17,5%, com vigência a partir de abril de 2026 e 20% a partir de janeiro de 2028. **m. Planos de remuneração de longo prazo: • Remuneração baseada em ações:** O valor justo na data de outorga do plano de opção de compra de ações (“SOP”) concedido aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que a condição de serviço será atendida, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam à condição de serviço na data de aquisição (vesting date). O valor justo do montante a pagar aos empregados, com relação ao programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa – Phantom Shares, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal. **n. Partes relacionadas:** As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. **o. Resultado por ação:** Conforme facultado às instituições financeiras pela Resolução CMN 4.818/20, parágrafo 5º do artigo 4º, optamos por não observar o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 41 – Resultado por ação. **p. Uso de estimativa e julgamento:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As estimativas consideradas mais relevantes pela Neon Financeira estão relacionadas aos seguintes tópicos: • **Projeções de lucro tributável para realização do crédito tributário diferido – Nota 20:** A Neon revisa a expectativa de realização do crédito tributário semestralmente, baseado nas projeções de lucro tributável dos próximos 10 anos, utilizando-se premissas alinhadas com a estratégia da Neon e indicadores econômicos avaliados como mais apropriados para o setor. • **Valor justo de títulos e valores mobiliários e derivativos (Nota 10):** A Companhia utiliza exclusivamente instrumentos financeiros derivativos, mais especificamente swaps, como instrumentos de proteção de suas exposições e a prática vigente é de contratar derivativos junto a bancos de grande porte, de forma que o risco de crédito não seja relevante nas variações do valor justo dos instrumentos de hedge. • **Provisão para perdas de crédito (Nota 6):** Para a carteira de crédito, foi reconhecido o valor de R\$ 1.782.761 em 31/12/2025 em consonância com o requerido pela Resolução BCB nº 352/23. • **Complemento de provisão para a carteira de crédito dos FIDCs Consiga Mais, FGTS, C+ Valora e Neon Up, conforme Nota 5.** Para a carteira de crédito dos FIDCs Consiga Mais, FGTS, C+ Valora e Neon Up, foi desreconhecido o valor de R\$ 786 em reversão ao saldo da provisão reconhecida nos próprios fundos, visando adequação ao cálculo

de perda associada ao risco de crédito em consonância com o requerido pela Resolução BCB nº 352/23. **• Pagamentos baseados em ações – Nota 24:** A Companhia usa os modelos de precificação de opções Black-Scholes e binomial para estimar o valor justo da remuneração baseada em ações recebida pelos funcionários e administradores outorgados. Algumas premissas de volatilidade e riscos foram utilizadas e são consistentes com as características da empresa e do plano. A Neon usou como referência a volatilidade das ações do Itaú-Unibanco, Bradesco, Santander, Banco do Brasil, Nubank e Banco Inter. O Risk-Free usado foi o Treasury bill (nota do Tesouro americano) porque é o ativo líquido com o menor risco. **q. Adoção da Resolução BCB nº 178/22:** A Resolução BCB nº 178/22 estabelece como as empresas devem contabilizar os contratos de arrendamento (Leasing). Ela exige que os arrendatários reconheçam ativos e passivos no balanço patrimonial para a maioria dos arrendamentos, eliminando a distinção entre arrendamento operacional e financeiro. As principais mudanças advindas da referida norma, são: • **Fim da distinção entre arrendamento operacional e financeiro para arrendatários:** Reconhecimento de ativo de direito de uso. Este ativo representa o direito do arrendatário de usar o bem subjacente pelo período do contrato. Ele é mensurado inicialmente pelo valor do passivo de arrendamento, ajustado por pagamentos iniciais, custos diretos iniciais e outros fatores. • **Reconhecimento de passivo de arrendamento:** Este passivo representa a obrigação de fazer os pagamentos futuros de arrendamento. É mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros de arrendamento, descontados a uma taxa de juros específica (geralmente a taxa implícita no arrendamento ou a taxa incremental de empréstimo do arrendatário). • **A despesa de aluguel linear dos antigos arrendamentos operacionais é substituída por duas novas despesas:** despesa de depreciação do ativo de direito de uso, reconhecida geralmente de forma linear ao longo do prazo do arrendamento. E despesa de juros sobre o passivo de arrendamento, reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva, resultando em uma despesa de juros maior no início do arrendamento e decrescente ao longo do tempo. Isso significa que, para a demonstração do resultado, a despesa total tende a ser maior nos primeiros anos do arrendamento e menor nos anos finais, comparado ao modelo anterior de despesa linear. A Companhia não foi impactada pela adoção da norma, visto não ter movimentações relacionadas aos tópicos citados acima. **r. Adoção da Resolução CMN 4.966/21 e BCB 352/23:** A Resolução CMN nº 4.966/21, com as atualizações introduzidas pela Resolução CMN nº 5.100/23 e demais normativos vinculados, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, além de disciplinar a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge). A norma alinha os critérios contábeis do COSIF aos requisitos do IFRS 9 a partir de 01/01/2025. As principais mudanças referem-se à classificação de instrumentos financeiros, ao reconhecimento de juros em caso de atraso, à aplicação da taxa efetiva de juros contratual, à baixa a prejuízo e ao reconhecimento da provisão com base na perda esperada, além da classificação de operações com problemas de crédito. A adoção do normativo foi realizada de forma prospectiva, e as diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes de sua implementação foram reconhecidas em contas de lucros acumulados em 01/01/2025, líquidos dos respectivos impactos fiscais. Os principais impactos estimados (antes dos efeitos fiscais) da adoção inicial desta Resolução e das normas correlatas são: **1. Efeitos da alteração de categorias:** Representam os impactos da remensuração decorrente da reclassificação entre categorias, conforme o art. 4º da Resolução CMN nº 4.966/21: • De “Disponíveis para Venda” para “Valor Justo contra Outros Resultados Abrangentes”: Não haverá impactos de mensuração patrimonial em função da semelhança entre as duas classificações. • De “Disponíveis para Venda” para “Valor Justo contra Resultado”: Não haverá impactos de mensuração patrimonial em função de ambas as classificações utilizarem o valor justo, de modo que o impacto no patrimônio líquido na adoção inicial é nulo. **2. Efeitos esperados da adoção do modelo de perdas esperadas associadas ao risco de crédito (art. 40 da Resolução CMN nº 4.966/21)** – A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 resultou em um acréscimo de R\$ 299.083 no patrimônio líquido, já considerando os efeitos fiscais. Para mensuração, foram considerados os percentuais definidos nos Anexos I e II da Resolução BCB nº 352/23, conforme o período de atraso. **3. Aspectos fiscais:** Quanto aos reflexos fiscais relacionados à aplicação dos critérios contábeis da Resolução BCB 352/23, o ativo fiscal diferido foi atualizado proporcionalmente aos totais de provisão de perda esperada despesadas em períodos anteriores e que compuseram o ativo fiscal diferido daqueles anos, resultando em uma redução de R\$ 81.971 no patrimônio líquido. Cumpre ressaltar que a Neon Financeira adquiriu em Fevereiro e Junho de 2024 carteiras de crédito com saldos históricos de provisão para perdas esperada, tais saldos não geraram efeito no resultado da companhia em 2024 e, portanto, não geraram ativo fiscal diferido, possuindo neutralidade fiscal para fins de adoção da Resolução BCB 352/23. Na hipótese que por algum evento futuro (tais como cessão de carteira e/ou recuperação) haja a realização dos saldos históricos de provisão de perda esperada controlados em contas patrimoniais, haverá incidência de IRPJ proporcional à parcela do valor realizado deduzido o valor de aquisição das carteiras à título de tributação de ganho de capital. Com relação ao complemento de provisão para a carteira de crédito dos FIDC, para fins fiscais tais diferenças têm natureza de valorização de quota de ativo financeiro, não gerando efeitos de ativo ou passivo fiscal diferido, a tributação é realizada respeitando-se o critério de competência juntamente com a valorização e/ou desvalorização da cota. **4. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Quantidade de cotas	Valor	Participação Grupo Neon	Participação de Terceiros
<b>FIDC Consiga Mais</b>	<b>181.863</b>	<b>6.162</b>	<b>6.061</b>	<b>101</b>
Senior	-	-	-	-
Mezanino	-	-	-	-
Subordinada	181.863	6.162	6.061	101
<b>FIDC C+ Valora</b>	<b>62.285</b>	<b>37.236</b>	<b>10.265</b>	<b>26.971</b>
Senior	37.421	13.677	-	13.677
Mezanino	9.381	1.196	-	1.196
Subordinada	15.483	22.363	10.265	12.098
<b>FIDC FGTS</b>	<b>87.230</b>	<b>151.392</b>	<b>151.392</b>	-
Subordinada	87.230	151.392	151.392	-
<b>FIDC Neon Up</b>	<b>122.557</b>	<b>4.450</b>	<b>4.450</b>	-
Subordinada	122.557	4.450	4.450	-
<b>Subtotal</b>			<b>172.168</b>	

O FIDC Consiga Mais foi constituído sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, com o objetivo de valorizar suas cotas por meio da aplicação dos recursos em direitos creditórios. O FIDC C+ Valora foi constituído sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, com o objetivo de valorizar suas cotas por meio de aquisição de direitos creditórios. Ambos atuam na aquisição de direitos creditórios advindos de crédito consignado privado, em parceria com a Consiga Mais, que prospecta e mantém o relacionamento com empresas conveniadas para oferecer a linha de crédito para seus colaboradores, além de atuar como agente de cobrança.

#### (ii) Composição das operações por carteira, situação e faixa de vencimento:

	C2	C4	C5	Total saldo contábil bruto	% Sobre total geral
<b>Ativos não problemáticos</b>					
Até 14 dias de atraso	297.406	868.313	1.789.663	2.955.382	53%
De 15 a 30 dias de atraso	10.760	2	88.895	99.657	2%
De 31 a 60 dias de atraso	-	-	50.069	50.069	1%
De 61 a 90 dias de atraso	-	-	38.218	38.218	1%
<b>Total</b>	<b>308.166</b>	<b>868.315</b>	<b>1.966.845</b>	<b>3.143.326</b>	<b>56%</b>
<b>Ativos problemáticos não inadimplidos</b>					
Até 14 dias de atraso	1.508	-	241.168	242.676	4%
De 15 a 30 dias de atraso	1.586	-	23.741	25.327	0%
De 31 a 60 dias de atraso	-	-	134.057	134.057	2%
De 61 a 90 dias de atraso	-	-	119.080	119.080	2%
<b>Total</b>	<b>3.094</b>	<b>-</b>	<b>518.046</b>	<b>521.140</b>	<b>9%</b>
<b>Ativos problemáticos inadimplidos</b>					
De 0 a 30 dias de atraso	-	-	184.914	184.914	3%
De 31 a 60 dias de atraso	-	-	178.489	178.489	3%
De 61 a 90 dias de atraso	-	-	148.260	148.260	3%
De 91 a 120 dias de atraso	-	-	147.656	147.656	3%
De 121 a 150 dias de atraso	-	-	133.090	133.090	2%
De 151 a 180 dias de atraso	-	-	152.528	152.528	3%
De 181 a 210 dias de atraso	-	-	113.743	113.743	2%
De 211 a 240 dias de atraso	-	-	18	193.949	3%
De 241 a 270 dias de atraso	-	-	55	144.492	3%
De 271 a 300 dias de atraso	-	-	-	98.218	2%
De 301 a 330 dias de atraso	-	-	-	120.147	2%
De 331 a 360 dias de atraso	-	-	-	90.139	2%
Acima de 360 dias	-	-	-	251.721	4%
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.957.346</b>	<b>1.957.419</b>	<b>35%</b>
<b>Total geral</b>	<b>311.260</b>	<b>868.388</b>	<b>4.442.237</b>	<b>5.621.885</b>	<b>100%</b>

#### (iii) Concentração das operações:

Dez maiores devedores	870.023
Cinquenta seguintes maiores devedores	4.058
Cem seguintes maiores devedores	6.218
Demais clientes	4.741.586
<b>Total</b>	<b>5.621.885</b>

#### (iv) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

Carteira	Situação	Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total	Perdas incorridas	Perdas esperadas adicionais	Total perda esperada
C2	Ativos não problemáticos	304.034	4.132	308.166	-	(4.540)	(4.540)
C2	Ativos problemáticos não inadimplidos	2.680	415	3.095	-	(1.034)	(1.034)
<b>Total carteira C2</b>		<b>306.714</b>	<b>4.547</b>	<b>311.261</b>	-	<b>(5.574)</b>	<b>(5.574)</b>
C4	Ativos não problemáticos	868.315	1	868.316	-	-	-
C4	Ativos problemáticos inadimplidos	-	71	71	(50)	(3)	(53)
<b>Total carteira C4</b>		<b>868.315</b>	<b>72</b>	<b>868.387</b>	<b>(50)</b>	<b>(3)</b>	<b>(53)</b>
C5	Ativos não problemáticos	1.828.111	138.734	1.966.845	-	(54.917)	(54.917)
C5	Ativos problemáticos não inadimplidos	269.123	248.923	518.046	-	(277.386)	(277.386)
C5	Ativos problemáticos inadimplidos	125.144	1.832.202	1.957.346	(1.318.116)	(66.715)	(1.444.831)
<b>Total carteira C5</b>		<b>2.222.378</b>	<b>2.219.859</b>	<b>4.442.237</b>	<b>(1.378.116)</b>	<b>(399.018)</b>	<b>(1.777.134)</b>
<b>Total geral da carteira</b>		<b>3.397.407</b>	<b>2.224.478</b>	<b>5.621.885</b>	<b>(1.378.166)</b>	<b>(404.595)</b>	<b>(1.782.761)</b>

#### (v) Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	31/12/2025	2º Semestre Exercício (1.494.001)	Exercício (994.654)
<b>Saldo no início do exercício</b>			
Créditos baixados para prejuízo	490.219	490.219	-
Constituição da provisão para perdas esperadas no semestre/exercício	(725.032)	(1.397.503)	-
Reversão de crédito baixados para prejuízo	(9.630)	(20.674)	-
Estoque baixado em cessões de carteiras	-	184.166	-
Adoção inicial – Resolução BCB nº 352/23	(44.315)	(44.315)	-
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(1.782.761)</b>	<b>(1.782.761)</b>	

#### 7. Outros créditos:

Valores a receber sociedades ligadas	42.856
IRPJ a recuperar	131.959
Valores a receber Corban (i)	18.551
Devedores diversos (ii)	32.603
<b>Total</b>	<b>225.969</b>

#### (i) Custo de correspondentes bancários que geram operações para a Neon Financeira. (ii) Montante refere-se substancialmente ao saldo de R\$ 4.273 de saldos a liberar de empréstimos; R\$ 2.735 de seguros a receber; R\$ 6.926 de saldos transitórios referentes a cancelamentos de empréstimo pessoal de pessoa física e R\$ 16.895 de saldos transitórios referentes à baixa de operações gerenciadas pelos sistemas RBM e Vencred. **8. Imobilizado:**

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Vida útil</b>		
(anos) Custo acumulada	10 199 (148) 51	
Móveis e equipamentos	10 191 (111) 80	
Equipamentos de processamento de dados	5 515 (491) 24	
<b>Total</b>	<b>905</b>	<b>(750)</b>

#### b. Movimentação do imobilizado:

	31/12/2024	Depreciação 31/12/2025	31/12/2025
Instalações	68	(17)	51
Móveis e equipamentos	99	(19)	80
Equipamentos de processamento de dados	58	(34)	24
<b>Total</b>	<b>225</b>	<b>(70)</b>	<b>155</b>

#### 9. Intangível: a. Composição do intangível:

	31/12/2025	Saldo
<b>Vida útil</b>		
(anos) Custo acumulada	7-8 71.508 (19.608)	51.900
Desenvolvimento de software (ii)	5 50.229 (4.062)	46.167
Acordo de não competição	3 3.915 (3.915)	-
Outros	10 848 (268)	579
<b>Total</b>	<b>126.500</b>	<b>(27.854)</b>

Relações contratuais com clientes (i) 7-8 71.508 (19.608) 51.900  
Desenvolvimento de software (ii) 5 50.229 (4.062) 46.167  
Acordo de não competição 3 3.915 (3.915) -  
Outros 10 848 (268) 579  
**Total 126.500 (27.854) 98.646**  
(i) Do saldo líquido em 31/12/2025, R\$ 46.383 se refere ao ativo intangível registrado na compra da carteira de crédito, com vida útil de 93 meses; e R\$ 5.117 se refere ao ativo registrado pelo valor justo na transação de combinação de negócios da própria Companhia em 2021. (ii) São capitalizados no ativo intangível os custos de desenvolvimento relacionados à aquisição de novos recursos ou novos produtos no aplicativo Neon, software desenvolvido internamente. Nenhum custo de pesquisa está incluído nesta capitalização. Os critérios de reconhecimento estão descritos na Nota 3.i.

O FIDC Neon FGTS foi constituído sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, com o objetivo de valorizar suas cotas por meio da aplicação dos recursos em direitos creditórios performados, oriundos de operações de empréstimo pessoal garantidas por alienação fiduciária ou cessão fiduciária da totalidade ou de parte dos direitos do devedor ao Saque Aniversário de contas vinculadas do FGTS de sua titularidade. O FIDC Neon Up foi constituído sob forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, com o objetivo de valorizar suas cotas por meio da aplicação dos recursos em direitos creditórios performados, oriundos de operações de empréstimo pessoal. **6. Operações de crédito: 6.a Ativos financeiros ao custo amortizado: (i) Composição por modalidade:**

	31/12/2025	% Sobre total geral
Valores a receber de cartões de crédito (i)	3.220.316	
Empréstimos a sociedades ligadas (ii)	868.303	
Empréstimo pessoal	650.937	
Empréstimo consignado	882.246	
Outros	83	
<b>Total</b>	<b>5.621.885</b>	
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.782.761)	
<b>Total</b>	<b>3.839.124</b>	

#### (i) Conforme acordo operacional com a Neon Pagamentos, referido saldo de recebíveis de cartões de crédito corresponde às operações da carteira financiada adquiridas pela Neon Financeira, nos casos em que os portadores de cartões não liquidam a fatura na data de vencimento. (ii) Operações com sociedade ligada, conforme Nota 23 – Transações com partes relacionadas.

#### b. Movimentação do intangível:

	2024	Adições	Baixas	Amortização	2025
--	------	---------	--------	-------------	------

continuação

**11. Depósitos e obrigações por aceites cambiais: a. Composição dos depósitos a prazo:**

	31/12/2025	
	2º Semestre	Exercício
Depósitos a prazo	706.151	706.151
A vencer até 3 meses	1.832.024	1.832.024
A vencer de 3 a 12 meses	2.538.175	2.538.175
<b>Total circulante</b>	<b>5.176.350</b>	<b>5.176.350</b>
A vencer de 1 a 3 anos	2.778.657	2.778.657
A vencer de 3 a 5 anos	10.364	10.364
<b>Total não-circulante</b>	<b>2.789.021</b>	<b>2.789.021</b>
<b>Total</b>	<b>5.327.196</b>	<b>5.327.196</b>

Os depósitos pós-fixados são remunerados de 100% a 130% da taxa CDI e os pré-fixados remunerados nas taxas pactuadas, entre 14,5% a.a. e 15% a.a.

**b. Movimentação dos títulos emitidos:**

	2024		2025	
	Captações	Incorridos	Pagamentos	2025
Depósito a prazo	4.576.609	9.031.980	772.256	(9.053.649)
Letras de câmbio	11.170	-	661	(11.831)
<b>Total</b>	<b>4.587.779</b>	<b>9.031.980</b>	<b>772.917</b>	<b>(9.065.480)</b>

**12. Outros passivos:**

	31/12/2025	
	2º Semestre	Exercício
Valores a pagar a sociedades ligadas (i)	78.604	78.604
Saldos transitórios "Tudo no Crédito" (ii)	36.646	36.646
Obrigações fiscais e previdenciárias (a)	22.335	22.335
Fornecedores	16.201	16.201
Adiantamentos para futuro aumento de capital	11.718	11.718
Obrigações sociais e estatutárias	4.910	4.910
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	3.508	3.508
Provisão para contingências (Nota 13)	1.848	1.848
Provisão para despesas de pessoal	1.183	1.183
Outros	7.097	7.097
<b>Total</b>	<b>184.052</b>	<b>184.052</b>

(i) Operações com sociedade ligada, conforme Nota 23 - Transações com partes relacionadas. (ii) O produto "Tudo no Crédito" é um produto financeiro, originado pela Neon Financeira, que permite que o cliente faça um PIX utilizando seu cartão de crédito. Esse saldo transitório é resultante do descaimento temporário entre o volume do desembolso e a velocidade de recomposição do colchão na Neon Pagamentos para a operacionalização do produto.

**a. Obrigações fiscais e previdenciárias:**

	31/12/2025	
	2º Semestre	Exercício
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	12.625	12.625
PIS e COFINS a recolher	7.455	7.455
Outros impostos e contribuições a pagar	2.255	2.255
<b>Total</b>	<b>22.335</b>	<b>22.335</b>

**13. Passivos contingentes:** Em conformidade com o CPC 25, é apresentado o valor de R\$ 1.848 referente a ações civis, trabalhistas e fiscais classificadas como provável de perda, não sendo possível estimar o cronograma de pagamentos dessas provisões, as mesmas são classificadas como passivos não circulantes, R\$ 28.446 como de provável relativos às ações civis, que majoritariamente são relativas à indenização por danos morais e materiais e R\$ 402 como de provável relativos às ações trabalhistas, para as ações fiscais não houve processos classificados como possíveis, conforme avaliação por assessoria jurídica e conforme carta de representação dos advogados.

	31/12/2025	
	2º Semestre	Exercício
Provisões cíveis	1.083	1.083
Provisões trabalhistas	216	216
Provisões fiscais	32	32
<b>Total</b>	<b>1.331</b>	<b>1.331</b>

**14. Patrimônio líquido:** **a. Capital social:** Em 31/12/2025 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 794.002 e está representado por 826.229.318,54 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 01/07/2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 100.000, com emissão de 64.102.565 novas ações ordinárias e nominativas, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas. Em 08/10/2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada a desconsideração integral do aumento de capital anteriormente realizado em 30/09/2024 no montante de R\$ 32.227, ficando sem efeito a aprovação da referida Assembleia. **b. Reserva de capital:** A Neon Financeira conta com um plano de opção de compra de ações, aprovado em reunião do Conselho de Administração, pelo qual são elegíveis a receber opções de compra de ações seus Administradores e colaboradores, conforme detalhes nas notas 3.m e 24. A Neon reconheceu no exercício de 2025 o valor de R\$ 327 relativo à despesa do plano em contrapartida de reservas de capital no patrimônio líquido.

**c. Reserva de lucros:** As Reservas de lucros no montante de R\$ 64.090 é composta por: **Juros sobre capital próprio ("JSCP"):** Capital ajustado, corrigido pela TLP, sendo retido 15% de IRPJ na Fonte. No exercício findo em 31/12/2025, não houve destinação de JSCP e o balanço acumula o montante de R\$ 264. **Reserva legal:** 5% do saldo positivo no grupo de lucros acumulados, decorrente da adoção inicial da Resolução 4.966/21 no montante de R\$ 3.191. **Reserva estatutária:** R\$ 60.635 referente ao saldo reserva no grupo de lucros acumulados, após a destinação dos 5% para reserva legal, decorrente da adoção inicial da Resolução 4.966/21. **d. Outros resultados abrangentes:** No exercício findo em 31/12/2025 a Neon Financeira reconheceu o valor de R\$ 72 relativo a ajuste de ativos financeiros ao valor justo contra outros resultados abrangentes, (R\$ 160) relativo a IRPJ e (R\$ 295) relativo a hedge de swap.

**15. Rendas de operações de crédito:**

	31/12/2025	
	2º Semestre	Exercício
Encargos com refinanciamento	295.379	706.781
Parcelamento de fatura	281.722	585.444
Rendas de empréstimos	344.379	534.297
Receita Pix-Crédito	161.059	281.572
Multa cartão de crédito	67.703	140.716
Rendas de empréstimos com sociedades ligadas	65.894	128.265
Outras rendas de operação de crédito	43.085	60.649
<b>Total</b>	<b>1.259.221</b>	<b>2.437.724</b>

**16. Despesas de captação:**

	31/12/2025	
	2º Semestre	Exercício
Despesas de depósito a prazo	(419.486)	(757.962)
Despesas com distribuição de títulos	(7.430)	(14.294)
Despesas de aceites cambiais	(77)	(661)
Outras	(3.218)	(6.123)
<b>Total</b>	<b>(430.211)</b>	<b>(779.040)</b>

**17. Despesas administrativas:**

	31/12/2025	
	2º Semestre	Exercício
Despesas de serviço do sistema financeiro (i)	(220.259)	(349.201)
Despesas com sistemas e tecnologia	(33.472)	(66.095)
Serviços de consultoria administrativa e empresarial (ii)	(22.109)	(40.411)
Depreciação e amortização	(6.994)	(17.396)
Outras despesas	(20.625)	(35.403)
<b>Total</b>	<b>(303.459)</b>	<b>(508.506)</b>

(i) R\$ 73.548 refere-se a comissões pagas à Neon Pagamentos relativas a origemação de empréstimo pessoal e cartões de crédito (vide Nota 23). (ii) Os valores a pagar referentes aos honorários de auditoria para todo o exercício de 2025 são de R\$ 310. A KPMG não presta outros serviços que não os de auditoria para a Neon Financeira.

**18. Despesas tributárias:**

	31/12/2025	
	2º Semestre	Exercício
COFINS	(34.606)	(62.261)
PIS	(5.624)	(10.118)
ISS - imposto sobre serviços	(801)	(1.386)
Outros DT	(574)	(968)
<b>Total</b>	<b>(41.605)</b>	<b>(74.733)</b>

**19. Despesas com pessoal:**

	31/12/2025	
	2º Semestre	Exercício
Proventos e encargos sociais	(21.068)	(43.159)
Benefícios	(3.427)	(6.450)
Despesas com planos de ações	(12.113)	(16.399)
<b>Total</b>	<b>(36.608)</b>	<b>(66.008)</b>

**20. IRPJ e CSLL: a. Demonstrativo do cálculo dos valores de IRPJ e CSLL:**

	31/12/2025	
	2º Semestre	Exercício
Resultado antes do imp. de renda e CSLL	(203.940)	(219.531)
Alíquota nominal do IRPJ e da CSLL (%)	40%	40%
<b>IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes</b>	<b>81.576</b>	<b>87.812</b>
Adições/exclusões permanentes	648	475
Adições/exclusões temporárias	(50.725)	(108.788)
PDD	(48.607)	(104.404)
Outros	(2.118)	(4.384)
P&D	8.644	8.644
<b>IRPJ e CSLL do período</b>	<b>40.143</b>	<b>(11.857)</b>
Tributos correntes no período	40.143	(11.857)
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	66.739	124.720
<b>Total de IRPJ e CSLL, com impacto no resultado</b>	<b>106.882</b>	<b>112.863</b>
Tributos correntes no período (constituídos anos anteriores)	-	(46)
<b>Total de IRPJ e CSLL</b>	<b>106.882</b>	<b>112.817</b>

**b. Saldo e movimento de créditos tributários:** Os registros contábeis do ativo fiscal diferido em 31/12/2025, demonstrados no quadro acima, são decorrentes de diferenças temporárias sobre a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e prejuízo fiscal e base negativa de CSLL:

	31/12/2025	
	2º Semestre	Exercício
Saldo em 2024	126.021	(81.971)
Constituição em 2025	352	-
Resultado em 2025	(124.720)	(33)
<b>Total</b>	<b>126.021</b>	<b>(81.971)</b>

Diferenças temporárias (33) 168.736

Ativo fiscal diferido (33) 168.736

Conforme depreende-se dos quadros acima, temos registrados em 31/12/2025 créditos tributários no total de R\$ 168.673 referentes a diferenças temporárias e estão baseados em estudo técnico de viabilidade que consideram a expectativa de resultados futuros da Companhia.

**c. Realização do crédito tributário:** A Neon Financeira somente possui ativo fiscal diferido sobre diferença temporária, decorrente de ajustes realizados na Parte A, refletidos na Parte B do LALUR, a realização e a manutenção do registro contábil do ativo fiscal diferido dependem da cessação do fator temporal, ou seja, quando a provisão efetiva for realizada. O ativo fiscal diferido da Neon é de R\$ 168.736, mensalmente e anualmente há constituição do novo crédito fiscal frente às novas provisões reconhecidas contabilmente, assim como a dedução do crédito fiscal anterior, por isso que para fins de determinação do que será consumido analisa-se unicamente se a entidade possui base de cálculo positiva e se há movimentações das provisões em cada período, em sendo constituição de novo "lote" de provisão e exclusão/dedução fiscal do lote anterior. Dessa forma temos os novos saldos e amortizos os seguintes:

	31/12/2025	
	2º Semestre	Exercício
Novo Crédito Fiscal Reconhecido	740	(612)
Saldo Dedução Fiscal no Período	853	(712)
Valor Reconhecido	140	140
2026	1.049	(907)
2027	1.111	(977)
2028	1.199	(1.066)
2029	1.283	(1.158)
2030	1.361	(1.245)
2031	1.435	(1.329)
2032	1.509	(1.416)
2033	1.587	(1.506)
2034	1.671	(1.598)
<b>Total</b>	<b>(168.673)</b>	<b>(168.673)</b>

A Neon Financeira revisou a expectativa de realização de seus ativos fiscais diferidos, cujo estudo reflete também uma alteração promovida pela Lei Complementar 224/25, que alterou a alíquota de CSLL aplicável à Sociedade de Crédito e Financiamento, de 15% para 17,5%, com vigência a partir de abril de 2026 e 20% a partir de janeiro de 2028. **21. Resultado não recorrente:** Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas de instituição financeira e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Para o exercício findo em 31/12/2025 não houve resultado não recorrente a ser apresentado nesta demonstração.

**22. Gerenciamento de risco: a. Estrutura de gerenciamento de risco:** O Banco Central do Brasil, por meio da Resolução nº 265/22, determina a adoção e a implementação das estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital, incluindo políticas e estratégias claramente documentadas. O gerenciamento de riscos deve ser integrado e independente, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os diversos riscos (Crédito, Mercado, Operacional, Liquidez, Social, Ambiental, Climático e demais riscos relevantes) da Neon. As áreas de gerenciamento de riscos são responsáveis por identificar todos os riscos relevantes e os impactos potenciais para a estrutura corporativa, garantindo a implementação de soluções para mitigá-los de forma eficiente e ágil a fim de manter um ambiente controlado e adequado para que o plano estratégico seja atingido de acordo com as expectativas corporativas. O Grupo Neon adota o modelo de 3 (três) linhas como meio primário para operacionalizar sua estrutura de gerenciamento de riscos, preservando o princípio da independência no que tange às atividades das diferentes linhas de defesa, tal como se estabelece na separação de papéis e responsabilidades e assegura linhas de comunicação claras e coerentes: **Primeira linha:** composta pelas áreas de negócios e suporte cujas atividades geram a exposição a riscos, é a principal responsável por gerenciar e supervisionar os riscos inerentes aos seus processos, além de garantir aderência regulatória. **Segunda linha:** composta pelas áreas de Riscos Integrados e de Compliance Regulatório, é responsável por auxiliar a 1ª linha no desenvolvimento e na adequação de processos e controles para gerenciamento de seus riscos, além de emitir alertas à 1ª linha sobre mudanças no cenário regulatório e de riscos. **Terceira linha:** composta pela Auditoria Interna, é responsável por fornecer avaliações independentes sobre a adequação do sistema de controles internos para a Alta Administração e aos órgãos de governança e reportar o descumprimento de dispositivos legais e regulatórios. Os assuntos pertinentes aos riscos relevantes são reportados aos executivos no Fórum de Gestão Integrada de Riscos, com recorrência mensal, buscando fortalecer uma cultura de conscientização e responsabilidade, contribuindo para eficiência operacional e conformidade aos limites de apetite a riscos definidos em alinhamento aos objetivos estratégicos da Neon.

**B. Estrutura de gerenciamento de riscos operacionais:** O processo de gerenciamento dos riscos é realizado de forma contínua, integrada e abrangente, envolvendo diversas áreas com atribuições específicas. A identificação, mensuração, monitoramento e controle dos riscos operacionais são realizados de maneira centralizada e independente, alinhada ao apetite de risco definido pela Diretoria, e de forma segregada à atividade de auditoria interna. O Grupo Neon mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos seus produtos e a dimensão da sua exposição ao risco operacional. A estrutura é composta por políticas e estratégias compatíveis com os objetivos da instituição e com as condições de mercado, que estabelecem limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição aos riscos operacionais, em níveis considerados aceitáveis. Adicionalmente, a estrutura assegura a adequada capacitação sobre risco operacional de todos os colaboradores. O Grupo Neon emprega metodologia consistente e abrangente, baseada no framework

COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), capaz de: **Identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar** os eventos relacionados ao risco operacional; **Produzir documentação** referente às perdas associadas ao risco operacional; **Classificar e agregar** as perdas operacionais identificadas; **Disseminar a cultura orientada à gestão e controle** dos riscos operacionais tendo como objetivo a redução de eventos e perdas associados a este tipo de risco; **Implementar, coordenar e melhorar** continuamente as práticas de gerenciamento de riscos em seus diversos níveis; **Fornecer análises e reporte** quanto a adequação e eficácia do gerenciamento de riscos. **c. Estrutura de gerenciamento de risco de mercado e IRRBB:** O risco de mercado é a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos índices de preços, das taxas referenciais e dos preços das ações, em função dos descaimentos de prazos, moedas e indexadores das posições ativas e passivas da Instituição. O Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária (IRRRB) define-se como sendo o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da Neon, para os instrumentos classificados na carteira bancária. Por estar enquadrada no Segmento S4, o Grupo Neon está sujeito à apuração do ANII (Net Interest Income) para o monitoramento do risco de juros, que consiste em apurar a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros (cenário base do Banco Central +400bps). **Análise de sensibilidade de variação na taxa de Juros:** A Companhia está exposta ao risco de mercado e IRRBB, monitorando essas exposições por meio do modelo padronizado (definido pelo BACEN) para carteira bancária (Delta NII), calculado com base no Conglomerado Prudencial da Neon. Neste modelo é mensurado o impacto no resultado de intermediação financeira em cenários de aumento e redução na curva de juros em 400 pontos base. Na data-base destas Demonstrações Financeiras, para um cenário de baixa de juros é esperada uma perda de R\$ 4.289.034,34 no resultado de intermediação financeira do Conglomerado Prudencial em um horizonte de um ano. **Hierarquia de valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros, descritos abaixo: **Nível 1:** Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes. **Nível 2:** Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseadas em modelo de precificação em que os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos. **Nível 3:** Cotações de preços para ativos ou passivos não observáveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros. A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros, segregados entre os níveis da hierarquia de valor justo.

	31/12/2025		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado</b>			
Títulos e valores mobiliários	-	174.075	-
Cotas de fundos de investimento	-	174.064	-
Cotas de Capital em Cooperativas	-	11	-
<b>Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>			
Títulos e valores mobiliários	-	929.314	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	375.844	-
Letras Financeiras do Tesouro - Vinculadas a Garantia	-	553.470	-
<b>Ativos financeiros ao custo amortizado</b>			
Operações de crédito	-	5.621.885	5.621.885
Títulos e valores mobiliários	-	680.850	680.850
Letras Financeiras do Tesouro	-	650.000	650.000
Notas do Tesouro Nacional	-	30.850	30.850
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>7.248.239</b>	<b>7.406.124</b>

A mensuração dos ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado das cotas de fundos de investimento é calculada com base no valor da cota atualizada divulgada pelo administrador do fundo. Em relação às cotas de capital em cooperativas mensuramos pelo valor de face, acrescido dos rendimentos distribuídos pela cooperativa. Para os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e os ativos financeiros ao custo amortizado os juros são baseados na taxa Selic e reconhecidos pelo método da taxa de juros efetiva.

	31/12/2025		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Passivos financeiros ao custo amortizado</b>			
Depósitos a prazo	-	5.327.196	5.327.196
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>5.327.196</b>	<b>5.327.196</b>

A mensuração dos passivos financeiros ao custo amortizado, para depósitos a prazo, a base é o valor de captação e adiciona-se o rendimento proporcional a tempo decorrido, utilizando a taxa de juros efetiva do contrato. As transferências entre níveis da hierarquia do valor justo são relatadas regularmente ao longo do período. No exercício findo em 31/12/2025 não houve transferências significativas de instrumentos financeiros entre nenhum dos níveis. **d. Estrutura de gerenciamento de risco de liquidez:** O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a Neon não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Dentro da definição cabe também a possibilidade de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez da Neon é composta por políticas e estratégias que estabelecem limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez em níveis considerados aceitáveis. O processo de gestão de risco de liquidez é realizado de maneira contínua, integrada e abrangente, envolvendo diversas áreas com atribuições específicas, sendo composto principalmente por: **Análise de usos e fontes de recursos de curto prazo e necessidades de compatibilização de caixa;** **Projeções de fluxo de caixa em cenários de normalidade e em situações adversas (cenários de estresse);** **Monitoramento, controle e reporte dos níveis de risco de liquidez em comparação com os limites de risco estabelecidos;** **Plano de Contingência de Liquidez. Vencimentos de passivos financeiros:** As tabelas abaixo analisam os instrumentos financeiros da Companhia em grupos de vencimentos relevantes com base nos seus vencimentos contratuais. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

	31/12/2025		
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
<b>Em 31/12/2025</b>			
<b>Passivos financeiros</b>			
Depósitos a prazo	2.738.409	1.576.722	2.178.246
<b>Total</b>	<b>2.738.409</b>	<b>1.576.722</b>	<b>2.178.246</b>

**e. Estrutura de gerenciamento de risco de crédito:** Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração da qualidade creditícia do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação, incluindo o inadimplimento do cliente final perante o emissor de instrumento de pagamento pós-pago. A estrutura de gerenciamento de risco de crédito do Grupo Neon é o conjunto de áreas, colaboradores, atividades, documentos e ferramentas que possibilitam a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação do risco de crédito, bem como o risco de concentração levando em consideração, por exemplo, os segmentos de produtos e serviços em que a instituição atua. Os procedimentos, metodologias e ferramentas são documentadas, revisadas e aprovadas pela Alta Administração e os resultados das análises de gestão e controle do Risco de Crédito são reportados mensalmente nos fóruns executivos da Neon. **f. Risco social, ambiental e climático:** Atendendo às normas

continuação \*

### Neon Financeira – Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

fins de apresentação somente. A volatilidade esperada foi determinada pelo cálculo da volatilidade histórica dos preços das ações de empresas similares nos anos anteriores, com base na vida útil esperada de cada tipo de opção. A vida esperada usada no modelo foi ajustada, com base na melhor estimativa dos Administradores, para os efeitos da intransferibilidade, restrições de exercício e considerações comportamentais. O cenário estimado para rotatividade foi de 38,8%. O valor reconhecido na despesa do período em contrapartida ao patrimônio líquido foi de R\$ 327. **Programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa – Phantom Shares:** Este plano foi aprovado pelo Conselho de Administração da Neon Payments em 30/11/2020 e concede ao beneficiário a possibilidade de participar na valorização das ações da Neon Payments com preço de exercício e prazos de vesting e exercício pré-estabelecidos. Neste plano, o valor justo é mensurado pela diferença entre o preço atual da ação da Neon Payments e o preço de exercício estipulado, sendo provisionado na Neon Pagamentos o percentual decorrido da carência, de acordo com o período de cada vesting, em conta de resultado e em contrapartida ao passivo. O cálculo considera 100% das ações vestidas e o pro-rata mensal das ações a serem vestidas, deduzidas de um cenário de rotatividade estimado anualmente. Como regra geral, para as Phantom Shares outorgadas até dezembro de 2022, o direito passa a ser adquirido (vesting period) em 4 anos, sendo 15%, 40%, 65% e 100% das ações após o primeiro, segundo, terceiro e quarto aniversário, respectivamente, e o exercício fica condicionado a um evento de liquidez (por um período de até 10 anos). Para outorgas realizadas a partir de 2023, o direito passa a ser adquirido (vesting period) em 4 anos, sendo 25% ao completar 12 meses e 6,25% a cada trimestre posterior ao primeiro ano, de modo que,

após 12 trimestres os 75% restantes das opções estarão vestidas, e o exercício fica condicionado a um evento de liquidez (por um período de até 10 anos). Em 31/12/2025, o plano de Phantom Shares totaliza 970 opções outorgadas ativas, com strike variando entre R\$ 1.193,75 e R\$ 3.562,07 e cenário estimado para rotatividade de 38,8%, com saldo passivo atualizado de R\$ 163. Segue a movimentação do plano ocorrida no ano:

	Preço de exercício (R\$) (i)	Quantidade de Opções	Passivo de Phantom Shares (R\$)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	-	-	-
Apropriação de outorgas de anos anteriores	-	(245)	-
Cancelamento (perda de direitos) (i)	-	-	-
Transferências entre empresas do Grupo	970	408	-
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	970	163	-

  

	Preço de exercício (R\$) (i)	Quantidade de Opções
<b>Data de concessão</b>		
Mar/25	1.193,75	808
Mar/25	2.082,83	26
Mar/25	2.387,56	79

	Preço de exercício (R\$) (i)	Quantidade de Opções
<b>Data de concessão</b>		
Mar/25	3.562,07	57
		970

(i) Parte do plano é operacionalizado em dólares, que é a moeda de emissão das ações da Neon Payments. Os preços de exercício foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio de 31/12/2025 de R\$ 5,5024, para fins de apresentação somente. **25. Limite operacional (Acordo da Basileia):** De acordo com a Resolução BCB nº 197/22, que estabelece a classificação de conglomerados prudenciais integrados por ao menos uma instituição de pagamento, a Neon Financeira, liderada pela Neon Pagamentos S.A., é classificada como Conglomerado Prudencial Tipo 3. Os dados que refletem as exigências de capital aplicáveis ao conglomerado, são apresentados a seguir:

	<b>31/12/2025</b>
Risco de crédito – RWAcad	4.734.748
Risco de mercado – RWAmad	19.433
Risco operacional – RWAopad	323.677
Risco associado a serviços de pagamento – RWAsp	433.871
<b>Total RWA</b>	<b>5.511.729</b>
Patrimônio de referência (PR)	758.680
Índice de Basileia (PR/Total RWA) (i)	13,76%

(i) Conforme Resolução BCB nº 200/22, o mínimo requerido (Fator F + ACP) em dezembro de 2025 equivale a 10,50%. **26. Eventos subsequentes:** Abaixo listamos os eventos subsequentes que consideramos relevantes para os próxi-

mos exercícios: i) Em 13/01/2026, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 30.000, com emissão de 22.058.824 novas ações ordinárias e nominativas, ainda sob aprovação do Banco Central do Brasil. ii) Securitização da carteira de crédito e-consignado da Neon Financeira, realizada por meio de debêntures com retenção substancial de riscos e benefícios. A operação tem como objetivo a diversificação das fontes de funding da Companhia, com valor estimado de emissão de R\$ 700.000. iii) Efetivação da venda do portfólio de antecipação de saque aniversário do FGTS (composto por ativos provenientes dos fundos FIDC FGTS e FIDC Consiga+). O valor estimado da operação é de R\$ 150.000. iv) A Reforma Tributária sobre o Consumo, instituída pela Emenda Constitucional 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 e PLP 108/2024, que integra a Emenda Constitucional 132/2023, prevê a extinção total do PIS/Pasep e da Cofins em 2027 em contrapartida da implantação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). O período de transição inicia-se em 2027 e estende-se até 2033, quando serão extintos o ISS (Imposto Sobre Serviços). As instituições financeiras estarão sujeitas ao Regime Geral, cuja alíquota deverá ser divulgada até dezembro de 2026, e ao Regime Específico de Serviços Financeiros, com alíquota em 2027 e 2028 de 10,85%, aumentando progressivamente até 12,50% em 2033. Também é previsto para o período - na hipótese que as municipalidades mantiverem a tributação pelo ISS (Imposto Sobre Serviços), uma redução da alíquota de 2% para 1,2%. A Neon vem acompanhando as legislações, bem como a publicação de regulamentações infralegais que irão gerar impactos em sistemas e processos a partir de 2026.

#### DIRETORIA EXECUTIVA

Pedro Conrade - Diretor Executivo I  
Fernando Miranda - Diretor Executivo I  
Cristiano Fernandes - Diretor Executivo II

Jamil Marques - Diretor Executivo II  
Wagner Leão - Diretor Executivo II  
Fernanda Solon - Diretora Executiva II

Alexandre Rodrigues - Diretor Executivo II  
Fernando Montanari - Diretor Executivo II  
Marcos Fonseca - Diretor Executivo II

#### DIRETORIA

Jamil Saud Marques - Diretor  
Cristiano Fernandes - Diretor  
Kelvin Eduardo de Almeida - Contador - CRC 1SP325726

#### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao acionista e administradores da Neon Financeira – Crédito, Financiamento e Investimento S.A., São Paulo – SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Neon Financeira – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Neon Financeira – Crédito, Financiamento e Investimento S.A., em 31/12/2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase – demonstrações financeiras comparativas:** Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil,

aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) ou na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administra-

ção é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de

distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 12/03/2026.

KPMG  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-014428/0-6

Jonas Moreira Salles  
Contador  
CRC 1SP- 295315/0-4

## Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

[datamercantil.com.br](http://datamercantil.com.br)

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: [comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

DATA MERCANTIL São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

